



SOCIEDADE

Cantor Oruam, filho do chefe do Comando Vermelho, tentou escapar de operação de trânsito. Fenômeno do hip hop e das redes sociais, ele também é alvo de projetos de lei contra músicas que fazem apologia ao crime ou às drogas

Artista simpático ao crime é preso no Rio

» IAGO MAC CORD*

O rapper Oruam, filho do líder de uma facção criminosa no Rio de Janeiro, foi preso na tarde de ontem, na Barra da Tijuca, área nobre na Zona Oeste da cidade. Segundo informações do portal *GI*, o artista tentou fugir de uma blitz no Joá, e, após ser detido, foi conduzido para a 16ª DP Delegacia Policial da Barra da Tijuca e autuado em flagrante por direção perigosa.

Na internet, um vídeo mostra o cantor sendo algemado e colocado no camburão da Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ). Enquanto isso, pessoas reconhecem o artista e cercam o local. Para dispersar o grupo, os policiais utilizam *spray* de pimenta.

À noite, Oruam deixou da 16ª DP após o pagamento de fiança no valor de R\$ 60 mil. Diante do boato de que teria provocado a própria prisão em uma estratégia de marketing, para o lançamento de uma música ainda ontem à noite, repórteres questionaram o cantor. Ele responde: “Eu sou o artista de trap mais ouvido do Brasil e ninguém nunca quis me entrevistar. Agora por que querem? Saiu o bagulho aí e vocês querem me entrevistar. Marketing de quê?”

Registrado em cartório como Mauro Davi dos Santos Nepomuceno, Oruam conta com mais de 10 milhões de seguidores em suas redes sociais. Tem 13 milhões de ouvintes mensais no *Spotify*, com *hits* como “Oh garota, eu quero você só pra mim” (com 97,7 milhões de execuções na plataforma) e “Diz aí qual é o plano” (com 123,3 milhões de execuções).

Além disso, ele é filho do Marcinho VP, presidiário condenado por tráfico de drogas, formação de quadrilha e assassinato — com pena de 44 anos de prisão —, líder da maior facção criminosa do Rio de Janeiro, o Comando Vermelho. O artista também é ligado a outro expoente do tráfico, reconhecido como “tio de consideração”: Elias Maluco. O criminoso, encontrado morto em uma penitenciária federal em 2020, é responsável pelo assassinato do

jornalista Tim Lopes, em 2002. Oruam homenageia Elias Maluco em uma tatuagem em sua barriga.

As polêmicas envolvendo o artista começaram em 2022. Em apresentação no festival Lollapalooza, em São Paulo, ele vestiu uma camisa pedindo a liberdade do pai. Oruam descreveu o ato como “só um desabafo de um menor que cresceu sem ter o seu pai morto”. “Meu pai errou, mas está pagando pelos seus erros e com sobra. Não tentem tirar de uma pessoa o direito de reivindicar condições melhores para o seu pai, e nem de querer vê-lo em liberdade”, explicou o cantor em publicação no seu perfil, no Instagram.

Lei anti-Oruam

Nas últimas semanas, Oruam tornou-se alvo de projetos de lei que buscam proibir o repasse de recursos públicos para contratar artistas que tenham no repertório músicas com apologia ao crime ou às drogas, para eventos voltados para o público infantojuvenil. O projeto, apaludado de Lei Anti-Oruam, foi originalmente protocolado pela vereadora de São Paulo Amanda Vettorazzo (União Brasil).

Além da assembleia paulista, o Legislativo de pelo menos 12 outras capitais discutem propostas semelhantes. Em Brasília, a frente Anti-Oruam está a cargo do deputado distrital Eduardo Pedrosa (União Brasil).

No Congresso Nacional, o coordenador do Movimento Brasil Livre (MBL), deputado Kim Kataguirí (União-SP), apresentou proposta semelhante, com mais de 40 assinaturas. No Senado, o senador Cleitinho (Republicanos-MG) também apresentou projeto.

Oruam afirma que essas propostas legislativas são uma tentativa de criminalizar o *funk*, o *rap* e sua subvariante, o *trap*. “Coincidentemente, o universo fez um filho de traficante fazer sucesso, eles encontraram a oportunidade perfeita pra isso. Virei pauta política. Mas o que vocês não entendem é que a Lei Anti-Oruam não ataca só o Oruam, mas todos os artistas da cena”, alega.

Reprodução/redes sociais



Cantor Oruam dentro de carro da polícia no Rio de Janeiro. Após pagar fiança no valor de R\$ 60 mil, rapper mais ouvido do Brasil foi liberado

10 MILHÕES

Número de seguidores de Oruam nas redes sociais

123 MILHÕES

Número de execuções da música Diz aí qual é o plano, sucesso do cantor, no Spotify

R\$ 60 MIL

Valor da fiança paga pelo artista após fugir de uma blitz

Integração na segurança

» VANILSON OLIVEIRA

O secretário nacional de Segurança Pública (Senasp/MJSP), Mário Sarrubbo, afirmou ontem que a segurança pública é a principal pauta em debate no Brasil e a maior preocupação da população, atualmente. A declaração foi dada durante a 94ª reunião do Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública (Consesp) que termina hoje, em Brasília. O evento reúne secretários de todo país.

O secretário ressaltou a importância da eficiência na atuação das polícias e do fortalecimento do Estado no combate ao crime. Ele considerou a integração entre estados e União como fundamental para fortalecer as políticas de repressão e prevenção ao crime, além de enfatizar a

necessidade de padronizar dados e operações policiais. “A segurança pública é a principal pauta em debate do Brasil. É a preocupação principal da população, para quem nós trabalhamos”, disse. O secretário destacou que a segurança pública não deve ser tratada apenas sob o viés da repressão ao crime, mas como um tema transversal, que envolve áreas como urbanismo, iluminação pública e o fortalecimento das guardas civis municipais.

A tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública foi um dos temas centrais da reunião. Segundo Sarrubbo, após reuniões com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva e com o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, as sugestões dos secretários de segurança de todo o Brasil

foram analisadas e feitas adaptações, e a PEC está na Casa Civil, para revisão.

O secretário de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF) e presidente do Consesp, Sandro Avelar, defendeu a padronização de indicadores criminais e operações policiais entre os estados como um passo essencial para tornar o combate ao crime mais eficiente.

A vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP-DF), reforçou a importância do trabalho conjunto entre estados e governo federal para fortalecer as ações de segurança pública. Ela ressaltou que o DF segue empenhado em implementar medidas eficazes. “Apesar de nós termos índices muito positivos na área da segurança pública, o nosso desafio é nos superar”, frisou.

SAÚDE

Mobilização no Dia Nacional de Combate ao Alcoolismo

» VITÓRIA TORRES*

O álcool é responsável por cerca de 3,5 milhões de mortes anuais em todo o mundo, segundo o Ministério da Saúde. O consumo de drogas ilícitas também pode matar, além provocar profundos danos sociais, como aumento da violência e da criminalidade. Nesse contexto, a prevenção, o tratamento e a recuperação, além da ajuda mútua, são imprescindíveis.

Essas são algumas das preocupações que marcam o Dia Nacional de Combate ao Alcoolismo e às Drogas, lembrado ontem. A data reflete sobre os graves impactos que o uso de substâncias psicoativas causam à saúde física, mental e social.

O terapeuta e ex-dependente químico Lucas Queirós, de 36 anos, membro da Associação Brasileira de Estudos de Alcool e Outras Drogas, relembra o período

de sofrimento. “O uso do tabaco começou aos seis anos. Sou filho de pais tabagistas. Quando eles jogavam as bitucas de cigarro, eu aproveitava para fumar. Aos sete ou oito anos, já consumia álcool, pegando o resto nos copos de festas familiares. Foi aí que a compulsão surgiu”, descreve.

Aos 18 anos, Lucas conheceu a cocaína. “No início, tudo parecia muito bom. Eu me sentia mais confiante, mais social, pois sempre fui muito tímido. Porém, os efeitos não tardaram: crises de ansiedade, comprometimento psicológico e emocional”, relembra.

Aos 25 anos, ele chegou a um ponto crítico. “Eu já não conseguia mais trabalhar, não tinha relacionamentos, e o meu aspecto físico estava deplorável. A única coisa que me fez voltar foi a ajuda terapêutica. E, inclusive, me tornei terapeuta por causa da transformação que tive na minha vida. Hoje, estou há

Reprodução/Freepik



Consumo de álcool entre mulheres tem aumentado ano a ano no país

uma década sóbrio”, completa.

Mulheres

Um levantamento do Centro de Informações sobre Saúde e Alcool (Cisa), uma organização não governamental (ONG), com dados de 2010 a 2020, revela que o consumo abusivo de álcool é mais prepotante entre as mulheres brasileiras, com aumento de 4,25%

anualmente. A tendência foi registrada em 12 capitais e no Distrito Federal. O levantamento foi feito com dados disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O número de óbitos de mulheres a cada 100 mil habitantes causado pelo consumo excessivo de álcool aumentou 7,5% entre 2010 e 2021, ao mesmo tempo em que as mortes de homens tiveram redução de 4,8%, nesse mesmo período.

Para muitos, a recuperação do alcoolismo começa com apoio de grupos de ajuda mútua, como o Alcoólicos Anônimos (AA), uma irmandade fundada nos Estados Unidos há 89 anos. “O único requisito para ser membro é o desejo de parar de beber”, informa a instituição. No Brasil, a organização está presente desde 1947, com cerca de 4 mil grupos e mais de 9 mil reuniões de recuperação realizadas semanalmente.

O SUS, por sua vez, oferece tratamento especializado, gratuito e universal no combate ao alcoolismo e à dependência de outras drogas. A Rede de Atenção Psicossocial (Raps), com mais de 6.300 unidades em todo o país, é um dos principais pilares dessa abordagem. Entre essas unidades, destacam-se os Centros de Atenção Psicossocial (Caps), responsáveis por fornecer atendimento a pessoas com transtornos mentais e/ou dependência de substâncias.

“Os Caps oferecem acesso livre, sem a necessidade de agendamento para o primeiro atendimento. As unidades possuem equipes multiprofissionais, sendo que algumas

delas funcionam 24 horas por dia, oferecendo acolhimento noturno por até 15 dias no mês”, informa o Ministério da Saúde.

Além disso, o programa Acolhe DF voltado para o Distrito Federal, tem trabalhado no acolhimento de pessoas com vícios em drogas lícitas e ilícitas. O programa também presta atendimento a familiares de dependentes químicos, oferecendo orientação e suporte psicológico. Ao **Correio**, a secretária de Justiça e Cidadania do DF, Marcela Passamani, enfatizou a importância do programa. “O impacto do uso abusivo de álcool e drogas vai além do usuário, atingindo toda a família. Por isso, o Acolhe DF foi criado para oferecer suporte, orientação e acolhimento a quem enfrenta essa realidade, ajudando as famílias a se reestruturarem e fortalecerem seus vínculos. Acolher é transformar vidas”.

*Estagiários sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Leia mais sobre alcoolismo na página 14